

AVIAÇÃO

A estimativa é de que demandas atinjam US\$ 650 bilhões nos próximos 20 anos

Embraer prevê mais 8,5 mil jatos

A Embraer estima que a demanda por aeronaves com até 150 assentos no mercado de aviação comercial deve alcançar 8.500 nos próximos 20 anos. Essas aeronaves representarão um valor de mercado de US\$ 650 bilhões. A

informação foi divulgada ontem no relatório *Market Outlook 2026*. As projeções apontam que o tráfego global de passageiros deve crescer 3,7% anualmente nas próximas duas décadas. A China deve liderar entre as sete regiões globais, registrando uma expansão de 5,2%.

Ela é seguida por Oriente Médio (4,6%), África (4,4%), América Latina e Caribe (4,3%), Ásia-Pacífico (4,1%), Europa (2,7%) e, por fim, América do Norte (2%).

A América do Norte deve liderar as entregas de jatos com 2.670 unidades (31%) até 2045. A região é seguida por Europa (22%), China (17%), Ásia Pacífico (13%), América Latina (9%), África (4%) e Oriente Médio (4%). O relatório reforça que aeronaves de corredor único de pequeno porte impulsionam uma tendência de frotas mais diversificadas. “Frotas compostas por aeronaves de diferentes tamanhos favorecem a expansão para mercados novos e emergentes, atendem melhor a padrões de tráfego (...) e suprem a crescente necessidade de flexibilidade no planejamento de malha e de eficiência operacional”, ressaltou.

Há, ainda, a expectativa de que o tráfego mundial de passageiros cresça a uma taxa média anual de 3,7% entre 2026 e 2045. O presidente e CEO da Aviação Comercial da Embraer, Arjan Meijer, avalia, no relatório, que ocorrerá uma reconfiguração na forma como pessoas, capital e mercados se deslocam pelo mundo. “À medida que as cadeias de suprimentos se regionalizam e as preferências dos viajantes se diversificam, o mapa tradicional da conectividade aérea está sendo redesenhado”, afirma.

Segundo o CEO, os viajantes buscam cada vez mais alternativas impulsionados pelas novas gerações que priorizam experiências de viagem memoráveis e de alto padrão em detrimento do consumo material. **(Luiza Altoé)**

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Ruídos da desinformação

Uma discussão mal-informada levará a estresse ocioso e resultados lamentáveis aos envolvidos. É questão de tempo. É isso que está em cena com o novo tarifaço do governo de Donald Trump onerando cerca de 18% das exportações brasileiras em valor, aos Estados Unidos, com alíquota de 25%. O que não for sobretaxado entrará numa lista de exceções — em geral, bens cuja tributação impacta a inflação dos americanos. É um ato essencialmente político tomado por razões pífias, com os irmãos Flávio Bolsonaro e o ex-deputado Eduardo (que vive nos EUA alegando ser perseguido pelo STF) entrando como os bobos da corte. Eles defenderam a penalidade junto à Casa Branca, supondo que ela abalará a reeleição do presidente Lula, o que, para acontecer, precisaria prejudicar milhares de seus próprios eleitores, entre trabalhadores e produtores do agronegócio e da indústria. Coisa de gente desarvorada, o que inclui Trump e parte de sua entourage.

Da grande lista de produtos e serviços incluídos na palmatória em Lula, visto pela direita radical representada por Trump como muito próximo da China e do Brics e distante dos interesses econômicos e estratégicos dos EUA, o Pix seria uma espécie de prenda maior a entregar, uma prova de alinhamento respeitoso aos EUA. Para Trump, e para Marco Rubio, secretário de Estado, conselheiro de Segurança Nacional e líder da facção da direita nacionalista no Partido Republicano, Brasil é país-chave no mundo bipolar, com EUA de um lado e China e aliados, como Rússia e Irã, de outro. Coube a Rubio, que renunciou ao Senado pela Flórida para aderir ao governo Trump — de quem foi (e discretamente ainda é) rival no Partido Republicano —, politizar as medidas, sendo grosseiro com Lula. “Suas políticas econômicas são ruins para os americanos e ruins para os brasileiros. No último ano, Lula colocou seu próprio ego à frente de fazer um acordo pelo bem-estar do povo brasileiro, e essas tarifas são o preço por isso”, ele postou na rede X.

Não se trata de contencioso comercial ou diplomático, como se vê, mas de ameaças com propósitos visando alinhar o país aos EUA, com ou sem Lula, e com a China como sujeito oculto. Houvesse sofisticação e malícia nesse entrevero, nossa diplomacia poderia ter constrangido Rubio e o próprio Trump apegando-se aos resultados excepcionais do Pix para informar a ambos como pôr de pé o que defendem nos EUA: reduzir o poder dos bancos e de suas operações com cartões para ampliar o acesso ao crédito e baixar o custo de transações financeiras às pessoas comuns e às empresas.

Em 2020, Rubio patrocinou com a senadora Elizabeth Warren, da ala mais à esquerda do Partido Democrata, projeto de lei que impediria empresas de fundos de private equity de receber apoio financeiro não reembolsável durante as restrições da pandemia da covid. Ele, enquanto senador, também defendeu medidas contra a publicação de resultados trimestrais pelas empresas abertas de modo a diminuir o viés negativo, no mercado, dos investimentos produtivos.

A bronca de Trump com o Fed também não se limita ao nível da taxa de juros, que ele quer diminuir. Trump quer outra racionalidade do sistema bancário pilotado pelo Fed e do mercado de capitais sob a supervisão da SEC (Securities and Exchange Commission), mais como era até os anos 1970 e a China ampliou: focada em resultados de prazo longo, não nos balanços trimestrais, para estender o alcance dos investimentos, sobretudo em tecnologias de fronteira.

A facção de Rubio, representada pelo think tank American Compass, opõe-se ao que chama de “fundamentalismo de mercado”, responsável, segundo seus intelectuais, por permitir que o refino dos insumos industriais críticos fosse controlado pela China, como de resto de toda a manufatura de bens de consumo. O modelo que defendem não é o isolacionismo, mas o friend-shoring, que consiste em remontar as cadeias industriais nos EUA e em aliados geopolíticos confiáveis.

É essa a discussão sobre o controle de jazidas de terras raras, a família de minerais essenciais para a tecnologia digital. Cerca de 20% dessas reservas estão no Brasil, e praticamente exploradas. A China controla seu refino em mais de 90% e exerce tal poder de mercado impondo cotas de exportação. Chegou a vedar exportações ao Japão e as usou para suspender as tarifas draconianas impostas por Trump à China. Desde então, não param de negociar, com o governo de Xi Jinping sabendo que, a bola pode estar com Trump, mas o mando de campo é chinês. Como país geograficamente seguro e neutro, Brasil desponta como parceiro ideal para quem precisa diversificar.

Portanto, não é a concorrência do Pix aos resultados das gestoras de cartões de crédito e débito no Brasil um problema a resolver. É o que os EUA não completaram desde que lançaram o Fedwire nos anos 1970, para transferências interbancárias em tempo real.

O que faltava, e que os bancos se recusaram a estender ao varejo, era a camada de conectividade ao cidadão e às pequenas empresas. Enquanto aqui surgiu o Sistema de Pagamentos Brasileiro em 2002, abrindo caminho para a liquidação instantânea, os bancos dos EUA mantiveram a população refém do modelo Automated Clearing House, que demora até 3 dias úteis para compensar um pagamento, levando-os a lucrar, sem razão, bilhões de dólares a cada ano. Essa nem é bem uma defesa do Brasil, é o que tem levado o eleitor dos EUA a exigir mudanças profundas na economia. Como escreveu na American Compass o economista Michael McNair, o Ocidente sacrificou sua segurança em nome de “eficiências de curto prazo”, deixando a produção industrial migrar para onde a energia e a regulação ambiental eram frouxas. Brasil também se sacrificou.

Em nome de equilíbrio fiscal nunca alcançado e de estabilidade da inflação, que desde a reforma monetária em 1994 não está ameaçada, apesar de não alcançar por 1 a 2 pontos percentuais a meta anual de 3%, praticamos juros nominais e reais recordes no mundo há três décadas, acompanhados de carga tributária sem igual entre países que hoje tiram o sono dos EUA, como China, Índia e muitos outros. O resultado, não por acaso, é similar: perdemos indústrias, o PIB é movido pelo crédito gravoso, implicando rodadas de renegociação que só amenizam a inadimplência, e por transferências de renda com o orçamento federal deficitário desde 2014, dívida pública subindo a cada ano, e investimentos anuais (cerca de 17% do PIB) que mal cobrem a taxa de depreciação. E continuamos sem plano para mudar.

É isso que importa cobrar dos candidatos nestas eleições, e para responder ao governo Trump sem vergar a coluna. Não há soberania a defender sem mapa do caminho. No fim, se a petulância de Trump acordar o eleitor, todos podem sair no lucro. Mas não do jeito que os reacionários, os entreguistas e os populistas imaginam. É saber transformar Pix, energia, minerais, indústria e neutralidade geopolítica em poder de negociação e desenvolvimento.



SABATINA COM PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Correio Braziliense realizará um dia de entrevistas com os pré-candidatos à Presidência da República nas eleições de 2026, dando espaço para que apresentem suas ideias sobre temas de interesse de todos os leitores. Na pauta, assuntos como segurança pública, saúde, educação e economia serão aprofundados com cada participante.

28 DE JULHO, DAS 8H ÀS 20H

Leia o QR Code e saiba mais



Apoio:



Realização:



Produção:

